



Senhor Primeiro-ministro, Excelência

Senhor secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Senhor Presidente da CCDR-N

Senhores Vereadores

Senhor Vice- Presidente da APA

Senhor Presidente da ARH-N

Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e eleitos da A.M.

Senhores Administradores das empresas Águas de Portugal e da ATMAD

Distintos Convidados

Senhor Primeiro-ministro, Dr. Passos Coelho, para Vossa Excelência um saudação de boas-vindas a Bragança, concelho que, em década e meia de orientação política estável na gestão municipal, obteve resultados positivos. Bragança continua a ser uma cidade de que nos orgulhamos, surpreende de forma agradável quem nos visita, pela qualidade, organização e estrutura urbana dimensionada para o presente e para o futuro. O ritmo de evolução foi intenso, alguns indicadores gerais de âmbito concelhio e da gestão municipal dão-nos essa leitura:

A população cresceu; a população com licenciatura completa (20,41%) está cinco pontos percentuais acima da média nacional; a taxa de atividade nas duas últimas



décadas cresceu 6,4%; o índice de poder de compra concelhio está seis pontos percentuais acima da média da Região Norte; no ano de 2011 as exportações foram cerca de três vezes superiores ao conjunto dos restantes municípios de Trás-os-Montes e Douro; feita a comparação com as capitais de distrito do Interior (Guarda, Castelo Branco, Portalegre e Beja), Bragança apresenta melhor índice de desenvolvimento global.

O Município concretizou um grande ciclo de investimento tendo sido, no período de 1998 a 2012, investidos 266 Milhões de euros. Mantém o valor do investimento per capita, duas vezes acima da média nacional e a dívida por habitante do Município de Bragança é a mais baixa da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, duas vezes e meia inferior à média nacional.

Poderia esta minha intervenção focar-se prioritariamente nos problemas da Interioridade, nos efeitos negativos da suspensão da ligação aérea e urgência de reposição, na eliminação dos incentivos fiscais à interioridade, e a sua necessária reposição em situação competitiva em termos europeus e nacionais, poderia também focar-se nos problemas do país como: a recessão da economia; o aumento de impostos; a enorme dívida pública; o aumento dramático do desemprego; as desigualdades territoriais e outras situações que apesar de serem comuns ao país, acentuam os problemas da interioridade, poderia igualmente incidir sobre o país positivo que emerge na crise.

Não o pretendo fazer, sei que, apesar do sofrimento de muitas famílias, da falta de confiança dos jovens no dia de amanhã, da muita contestação às atuais políticas, é necessário continuar a fazer: reformas estruturais; alterar a cultura consumista e do desperdício; saber conciliar o ser e o ter; ajustar a Administração Pública à dimensão do País e da economia; tornar a economia mais inovadora e competitiva; aumentar a produtividade na generalidade dos setores; consensualizar uma visão e um rumo de



progresso e de solidariedade para o país, num quadro internacional complexo e competitivo.

Entendo sim que, para debater os problemas regionais, Vossa Excelência, acompanhado por alguns Ministros, deveria proximamente agendar uma visita de trabalho ao distrito para ouvir os eleitos, os dirigentes empresariais e associativos, conhecer as fragilidades do distrito, ajudar a dar impulso a projetos que emergem e outros que são necessários desenvolver.

Os desafios do distrito e do país são de todos nós, pois conhecemos a situação de exceção em que Portugal se encontra, sabemos que nos últimos 35 anos Portugal teve que recorrer três vezes a ajuda externa, tentamos compreender o enorme esforço que o Governo e os portugueses estão a fazer, para melhorar a situação do país e, por isso, quero, acima de tudo, valorizar este momento de grande significado para o presente e o futuro de Bragança, a resolução do problema que nos últimos anos mais tem preocupado os Bragançanos, processo em que este Governo muito se empenhou.

Quero assim, agradecer a Vossa Excelência Senhor Primeiro-ministro por, hoje, connosco, partilhar um momento único que não se repetirá nas próximas décadas, a entrega à ATMAD, por parte do Senhor Secretário de Estado, Dr. Paulo Guilherme Lemos, do título de captação de água em Veiguinhas; e a entrega pelo Presidente da empresa Águas de Portugal, Eng.º Lobato Faria, do contrato da empreitada ao presidente da empresa adjudicatária, assinado a 22 de maio de 2013, enviado ao TC para visto.

Este momento só é possível porque foram tomadas decisões justas e equilibradas, com grande empenho de alguns responsáveis institucionais e apoio total da população local e de parte da opinião pública nacional, contra a irracionalidade de poucos, que não reconhecem a orientação da hierarquia, não assumem as consequências de orientações fundamentalistas, não assumem responsabilidades mesmo em situações de graves prejuízos para o interesse público.



Foi um longo e difícil percurso de quinze anos, de sofrimento e elevada despesa pública, muita em projetos que hoje são lixo, pagos a diversas empresas de Engenharia de elevados créditos dentro e fora do país, que não conseguiam obter resultados neste processo, alguns desistiram, caso da Hidrotécnica Portuguesa que, após as primeiras declarações de não conformidade ao projeto, optou por desistir e não continuar os estudos referindo que, sabiam fazer engenharia, mas não tinham vocação para fazer política.

Deu continuidade aos estudos a empresa ProSistemas que avaliando diversas soluções, apontou para a mesma solução da Hidrotécnica e que também não conseguiu fazer aprovar a solução. Estava certa a Hidrotécnica, também a nossa convicção era a de que na resolução deste processo, a vontade política era relevante quando chamada a ponderar os interesses públicos em causa.

O processo foi retomado por novas equipas de engenharia, a Agripro Ambiente e a CENOR que, com êxito, terminaram os estudos, lideradas pelo Eng.º Rui Coelho e Eng.º Mário Samora, com persistente acompanhamento do Eng.º Boal Paixão e que, estudadas todas as soluções possíveis, voltaram a coincidir na solução inicial. Estou certo de que, se não se tivesse encontrado interlocução e vontade política e conhecimento da gravidade do problema de abastecimento de água a Bragança, hoje continuaríamos com o “coração nas mãos”, num beco sem saída.

São antigos os problemas de abastecimento de água a Bragança, próprios do crescimento das cidades, da evolução natural da população, da economia e das exigências de qualidade de vida. A história de Bragança, documenta-os de forma significativa, dando nota de que já em meados do século XVIII, a escassez de água na cidade levou à revolta das freiras de Santa Clara. Os sistemas de abastecimento foram evoluindo sempre em situação de alguma insuficiência e, nos anos setenta, o problema foi classificado como um grave problema estrutural.



No ano de 1978, a Câmara Municipal, sob a presidência do Eng.º José Luís Pinheiro, apoiado pelo Governo Central, através da Direção-Geral dos Recursos Naturais, iniciou os estudos para o reforço do abastecimento de água a Bragança, a partir do sistema montanhoso a Norte (Serra de Montesinho), que incluíam a construção de duas barragens (Serra Serrada e Veiguinhas).

O Presidente da Câmara Municipal tinha percebido bem a dimensão do problema e sabia que só na Serra de Montesinho conseguiria concretizar o objetivo de assegurar reservas estratégicas de água com qualidade, com baixo custo de transporte e de tratamento, essenciais à vida das pessoas e ao desenvolvimento das atividades económicas.

Passada uma década estava aprovado o projeto, assinado Contrato-Programa entre o Ministério do Planeamento e da Administração do Território e a Câmara Municipal, para a construção do Aproveitamento Hidráulico do Alto Sabor, tendo as obras iniciado no final do ano de 1988 (há vinte e cinco anos atrás), estando prevista a conclusão no ano de 1993 (deveriam ter sido concluídas há vinte anos atrás).

As obras sofreram atrasos, os custos aumentaram e, em 1994, a Câmara Municipal propôs ao Governo a revisão do Contrato Programa inicial, no sentido de utilizar a totalidade das verbas previstas para a obra, concentrando-as em cinco fases, excluindo assim a construção da barragem de Veiguinhas, com o argumento (contrário a todos os estudos realizados) de que a médio prazo seria dispensável a sua construção. No entanto, no ano de 1996, a Câmara Municipal apresentou nota justificativa da necessidade e urgência de se iniciar a construção da barragem de Veiguinhas.

A legislação ambiental mudou, a barragem de Veiguinhas, que estava autorizada desde o final da década de oitenta, teve que ser submetida a Estudos de Impacte Ambiental (EIA), processo que decorreu ao longo dos últimos 16 anos em que foram emitidas seis declarações de Impacte Ambiental (DIA), sendo cinco de desconformidade e a conformidade a 19 de março de 2012.



A Secretaria de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, por despacho do Dr. Pedro Afonso de Paulo, emitiu DIA favorável condicionada à solução I, variante B2 (Reserva de Água de Montesinho, em Veiguinhas), tendo sido emitido despacho conjunto a 16 de janeiro de 2013, em que foi declarado o relevante interesse público do Projeto de Execução da Reserva de Água de Montesinho e Circuito de ligação ao sistema existente.

Bragança sofre desde há anos de um grave problema estrutural no abastecimento de água, as reservas são precárias e insuficientes, para fazer face ao crescimento da população e da atividade económica, a situação agravou-se rapidamente, porque as necessidades aumentaram muito e as alterações climáticas estão a baralhar alguns dados. Vejamos a precaridade atual do abastecimento de água a Bragança.

Durante parte do inverno e primavera o abastecimento público é feito por captação nos rios, colocada diretamente nos depósitos sem poder ser tratada de forma adequada;

No verão o abastecimento é feito a partir da barragem de Serra Serrada, e no final do Outono e início de Inverno, quando a seca se prolonga, o abastecimento é, em parte, feito por transporte em camiões cisterna a grandes distancias, a partir de outros concelhos, a custos insustentáveis.

No Plano de Contingência, cuja elaboração envolveu autoridades nacionais de diversas áreas, constatou-se que em situação extrema, a Proteção Civil Nacional não dispõe de meios (nem mesmo com a colaboração do Exército Português e também da Unidade Militar de Emergência mais próxima de Espanha, sedeadada na cidade de León), para enfrentar uma situação de rotura total no abastecimento e que se existissem, essa operação teria um custo estimado de 96.000€ dia.

Passaram 32 anos de conceção da solução de construção de duas barragens na Serra de Montesinho, vinte e cinco sobre o início das obras, de terem sido executadas cinco



das seis fases, decorridos 15 anos de estudos técnicos e ambientais que avaliaram dezasseis alternativas e que sempre concluíram pela inexistência de alternativa à solução projetada há 32 anos, confrontados com impedimentos injustificáveis, negado pela via administrativa, o direito natural da população a aceder a um recurso próprio, vital à vida de todos, chegados ao fim da linha, pensava-se já nas atitudes extremas a encarar no sentido de obrigar a concentrar atenção política sobre a situação.

Esta situação não se conseguia resolver com mais estudos, mas sim com uma justa decisão de política de desenvolvimento para um território específico, confrontado desde há décadas com grave problema no abastecimento de água e com uma evidente afronta fundamentalista a um direito próprio e vital à vida, o acesso à água.

É assim o momento de lembrar e agradecer. Lembrar que o D.L n-º 270-A/2001, determina que a sede social da empresa ATMA, no ano de 2016 terá que ser fixada na cidade de Bragança. Agradecer em nome de todos os Bragançanos e dos muitos portugueses que perante as muitas notícias de escassez de água, publicadas nos últimos anos, nos manifestaram a sua revolta e preocupação.

Não podendo citar todos os que ajudaram, que foram muitos, saliento a ex-Ministra Eng.ª Dulce Pássaro que tentou o seu melhor, o Dr. Pedro Afonso de Paulo ex-Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, a quem decidimos entregar a Medalha de Ouro da Cidade, o Eng.º Daniel Campelo ex-secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, o Eng.º Duarte Vieira, ex-presidente da CCDR-N, o Eng.º Pimenta Machado; o Professor Eduardo Vera Cruz e o Comandante José Chiotte.

Mais recentemente o Senhor Secretario de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, Dr. Paulo Guilherme da Silva Lopes. Agradecemos às muitas pessoas que em várias fases do processo nos apoiaram, com generosidade e sentido do bem-comum. Também aos Bombeiros Voluntários do distrito e outros agentes da Proteção Civil, e à população pelo seu elevado sentido de cidadania.



É assim bem compreensível a relevância social e política desta cerimónia. Senhor Primeiro-ministro, os nossos agradecimentos por ter contribuído para este momento. Este projeto é, de entre os muitos já concretizados ao longo de quatro mandatos, o mais importante e o que mais nos preocupou, nos exigiu convicção e firmeza, lutando contra muitas adversidades, e por isso estamos felizes, nós, o Executivo Municipal e todo o Povo de Bragança.

Município de Bragança, 1 de Junho de 2013

António Jorge Nunes, (Eng.º)